



ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO ANDES-SN (2020-2022)

Programa da CHAPA 1 – UNIDADE PARA LUTAR: EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

UNIDADE NA LUTA PARA GARANTIR A EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA

E DEFENDER AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E OS SERVIÇOS PÚBLICOS!

UM SINDICATO DEMOCRÁTICO PARA DEFENDER NOSSOS SALÁRIOS, NOSSAS CARREIRAS E
CONDIÇÕES DE TRABALHO!

Prezada(o)s docentes da Educação Superior, Básica e Tecnológica das Instituições de Ensino Superior da base do ANDES-SN, nós, membra(o)s da **CHAPA 1 – UNIDADE PARA LUTAR**, apresentamos nosso programa para pedir o seu apoio e o seu voto nas eleições para a diretoria nacional do ANDES-SN no biênio 2020-2022.

Nosso programa parte do entendimento de que hoje toda(o)s docentes que trabalham nas instituições que compõem a base do ANDES-SN enfrentam os mais graves ataques e desafios desde o período de redemocratização. Nossas instituições sofrem com *cortes orçamentários* que estão inviabilizando o funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nos estados e municípios, enfrentamos achatamentos provocados pela inexistência de planos de carreiras e contrarreformas da previdência (idênticas ou piores que a de Bolsonaro) e/ou pela não reposição inflacionária e ausência de reajuste salarial. A partir de março deste ano, sofreremos, nas instituições federais, uma redução salarial resultante da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019) aprovada por Bolsonaro e seus comparsas. O futuro é assustador, pois eles querem **reduzir ainda mais nossos salários, destruir completamente os serviços públicos e desmoralizar o(a)s servidora(e)s pública(o)s.**

**EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
E DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS**

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

A eleição de Jair Bolsonaro e de governadora(e)s e parlamentares da extrema-direita, que reproduzem discursos semelhantes, significou um salto de qualidade no *aprofundamento de ataques contra a educação pública, a ciência e tecnologia, a*

liberdade de ensinar e aprender. Estas últimas eleições aceleraram profundamente o processo de desmonte dos serviços públicos. **Jair Bolsonaro escolheu a educação, a ciência, a cultura e o meio ambiente como alvos prioritários de sua política obscurantista e de terra arrasada.** Nós, docentes e pesquisadora(e)s somos, todos os dias, alvos de desqualificações e ataques infundados. As enormes contribuições da educação, da produção de conhecimento e das atividades de extensão têm sido atacadas cotidianamente. O Ministério da Educação, ao invés de ser um espaço de elaboração de políticas públicas para um setor estratégico da sociedade brasileira, transformou-se em um espaço ocupado por fundamentalistas, terraplanistas, criacionistas e empresários que não respeitam preceitos básicos da Constituição Federal (CF/88) como o direito à educação pública e a autonomia universitária (Art. 207 da CF/88).

Esta não é uma situação exclusiva do Brasil. Desde 2007-2008, a crise econômica mundial do capitalismo ganhou expressões políticas da maior gravidade. Já se vão mais de 10 anos de profundas políticas de austeridade que estão impondo à classe trabalhadora pagar por uma crise que ela não criou. Ao retirarem direitos sociais e ao piorarem as condições de vida dos 99% da população mundial em favor de 1% de bilionários, algumas das instituições democráticas e os seus partidos perderam credibilidade, abrindo espaço para a emergência de alternativas eleitorais populistas de extrema-direita no cenário político mundial – como, dentre muitos outros exemplos, Trump nos EUA, Erdogan na Turquia, Orban na Hungria e Bolsonaro no Brasil. São políticos que tentam colocar nas costas do que eles classificam como “bodes expiatórios” (pobres, imigrantes, “comunistas”, “feministas”, “ambientalistas”, negros e negras, etc.) a responsabilidade pela crise do capital. Uma vez eleitos, esses populistas de extrema-direita aplicam uma política que apenas produz destruição da vida humana e do próprio planeta: contrarreformas retirando direitos sociais, aumento de preços, corrupção, destruição ambiental e perdão de dívidas ou facilidades econômicas favoráveis a poucos milionários ou bilionários enquanto milhões de explorada(o)s

vivem em

condições de vida

cada vez mais difíceis.

Isto é o que vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos. Se no último processo eleitoral (realizado em 2018), afirmamos que estávamos enfrentando os maiores ataques aos direitos da(o)s trabalhadora(e)s da nossa história republicana, a situação se agravou consideravelmente. Não estamos enfrentando apenas retrocessos como a *contrarreforma trabalhista* (lei 13.467/2017), a aprovação da *lei das terceirizações* (lei 13.429 de 2017) ou o congelamento dos investimentos em serviços públicos (Emenda Constitucional 95/2016). Estamos enfrentando também o ataque ideo-cultural a setores historicamente subalternizados e a intensificação da criminalização dos movimentos sociais e da(o)s lutadoras e lutadores do Brasil e da América Latina. Uma perseguição que articula extrema-direita, fundamentalismo religioso e milícias.

Agora, o que está em jogo é o conjunto dos serviços públicos que serão completamente destruídos se o Plano Mais Brasil for aprovado. Este plano pretende aprovar três Propostas de Emenda Constitucional: (1) **a PEC Emergencial** que pretende, dentre outras medidas, proibir reajustes salariais, congelar as progressões e promoções nos serviços públicos (trata-se de congelamento de nossos salários) e vedar a realização de concursos públicos; (2) **a PEC do Pacto Federativo** que, em última instância, pretende desobrigar e desindexar a realização de gastos públicos, especialmente, na saúde e educação; (3) **a PEC dos Fundos Públicos** que pretende fazer com que a verba dos fundos públicos seja prioritariamente gasta com pagamento da dívida pública, além de visar a extinção de fundos que hoje, apesar de limitados, são fundamentais para a educação, mesmo que ainda insuficiente como o FUNDEB.

O carácter econômico-social, político e cultural deste bloco de forças no governo se revela com toda intensidade na proposta do programa FUTURE-SE e Novos Caminhos. Estes projetos foram apresentados no ano passado e as lutas envolvendo quase a totalidade da comunidade acadêmica impediram que fossem aprovados com a celeridade que o governo desejava. Porém, o FUTURE-SE continua na pauta do congresso. Trata-se de um projeto que pretende mudar estruturalmente o financiamento e a gestão das universidades públicas federais, seguindo as práticas das universidades particulares e dos agentes econômicos financeiros do mercado de capitais. Com este projeto se consolida o financiamento privado, via gestão de fundos patrimoniais na

bolsa de valores, assim como a gestão por meio das organizações sociais e das fundações privadas de apoio das atividades acadêmicas. A mesma lógica é intrínseca ao Projeto Novos Caminhos para reestruturar, a partir dos interesses do mercado, a formação dos Institutos Federais.

Mesmo sendo um projeto que atinge inicialmente as universidades federais, evidentemente, se aprovado, também atingirá o conjunto das universidades públicas estaduais e municipais. É um projeto de classe que tem sido defendido desde o primeiro governo FHC, atacando a autonomia, o financiamento público e a gestão universitária. Agora, este projeto de classe, ganha enorme força. Ele pretende atacar a comunidade científica, a intelectualidade universitária e tudo aquilo que tenha alguma relação com a cultura laica, secularizada e científica.

Continuar e avançar quantitativa e qualitativamente, numa ampla unidade, na luta contra esta contrarreforma universitária, uma contrarreforma intelectual e moral da sociedade, é o principal desafio da(o)s trabalhadora(e)s da cultura, da educação, da ciência e tecnológica, da classe trabalhadora como um todo e, particularmente, do nosso Sindicato Nacional. A luta contra o FUTURE-SE e o Novos Caminhos é uma luta contra um projeto que terá consequências duradouras na formação da consciência social e política da juventude trabalhadora e das camadas populares.

Se não bastassem esses ataques, os atuais governos, especialmente o governo federal, não se importam com os alicerces fundamentais de uma sociedade minimamente democrática. **A repulsa da gestão Bolsonaro aos direitos humanos mostra que o que está em jogo não são apenas os nossos salários ou as nossas condições de trabalho, mas a própria vida de milhões de trabalhadoras e trabalhadores, especialmente mulheres, negras e negros, populações indígenas, quilombolas, LGBTQTI+ e moradora(e)s de periferias.** Engana-se quem acha que os mais variados ataques a esses segmentos da classe trabalhadora sejam meras “cortinas de fumaça”. Ademais, os citados segmentos têm sido, em nossas instituições, também atingidos pelas políticas de governo que não reconhecem as lutas e direitos de mulheres, negras e negros, populações indígenas, LGBTQTI+, pessoas com deficiências, quilombolas, ciganos e populações tradicionais. Assim, mais do que nunca, ter um sindicato que seja antimachista, antipatriarcal, antirracista, antilgbttifóbico, antiromafóbico, anticapacitista é imprescindível.

Nada disso está ocorrendo sem protestos sociais e resistência em vários pontos do planeta. No último período, as revoltas que ocorreram no Equador, no Haiti, na Bolívia (nas ações de resistência ao golpe ocorrido em 2019) e, especialmente, no Chile mostram a profunda insatisfação da população com o que está ocorrendo com suas vidas. No Brasil, o ano de 2019 assistiu a lutas importantes como as manifestações das mulheres no dia 8 de março (8M), do conjunto da classe trabalhadora no dia 1º de maio, os *grandes atos do setor da educação* (15 de maio, 30 de maio e 13 de agosto) e uma greve geral de 24 horas no dia 14 de junho.

Porém, embora o ANDES-SN tenha sido parte da vanguarda de resistência ao conservadorismo e à ultradireita, conjuntamente com algumas centrais sindicais, sindicatos (com destaque àqueles da educação) e movimentos sociais e de juventude, não foi suficiente para derrotar Bolsonaro. Infelizmente, não houve adesão de boa parte de centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais e populares para ampliar a organização e mobilização. Além disso, a classe trabalhadora, sob a ameaça do desemprego e com um setor que foi capturado pelo discurso bolsonarista, não esteve em movimento para impedir a efetivação de cortes orçamentários ou a aprovação de uma draconiana contrarreforma da previdência. O papel imobilista da CUT (para não mencionarmos outras centrais sindicais) e de setores do movimento que apostam todas as fichas no processo eleitoral de 2022 contribuiu apenas para dificultar ainda mais as lutas e a resistência contra os ataques de Bolsonaro.

Por outro lado, é necessário analisarmos o porquê uma parcela significativa da classe trabalhadora identificou nas propostas da extrema-direita, uma alternativa para o país, seja na eleição do governo federal ou de alguns governos estaduais. Certamente o amplo movimento político ideológico disseminado por meio de *fake news*, contribuiu para a eleição de Bolsonaro e seus aliados, mas temos que considerar, também, as consequências da crise social e econômica no cotidiano da classe trabalhadora. São consequências que têm levado milhões para as filas de desemprego ou para o subemprego; que têm aumentado a pobreza e a violência; e que têm piorado, muito, as condições de vida.



Esta é a mesma crise que intensifica a precariedade das condições de trabalho nas instituições de ensino, sejam nas Universidades Federais, Estaduais e Municipais (incluindo suas unidades de educação infantil e básica), Institutos Federais e CEFET. Os governos do capital buscam como saída a redução dos investimentos públicos nas políticas públicas, pregando uma lógica de “menos” Estado, quando, em verdade, precisamos de “mais” Estado para garantir os direitos sociais. A atual crise econômica, aliada à reestruturação produtiva, intensifica o trabalho docente, acirra a competição entre a(o)s professora(e)s, impõe a lógica da competição e do produtivismo em detrimento da produção do conhecimento socialmente referenciado, que produz, dentre tantas outros elementos negativos, o adoecimento docente.

As imposições da crise do capital para a reestruturação do Estado impactam de forma perversa no cotidiano de nossas condições de trabalho nas instituições de ensino. Já vivemos hoje o congelamento de progressões e promoções em algumas instituições estaduais e municipais e a mesma ameaça para as instituições federais, a suspensão de concursos públicos, a redefinição de critérios para a qualificação e capacitação docente nas instituições federais, o ataque a autonomia universitária com a imposição de mudanças nas consultas públicas nas eleições de reitores nas instituições federais, o corte de bolsas de estudo na pesquisa, extensão e em 2020 na assistência estudantil, corroborando o projeto de universidade pública elitista em que os pobres não serão bem vindos. No caso das instituições federais a carreira docente, tanto do magistério superior como EBTT, sofreram inúmeras desestruturas, reduzindo nossa carreira à uma tabela salarial, sem percentual de progressão fixo entre os níveis e sem garantir que a dedicação exclusiva seja de fato substancial para garantir a prioridade no ensino-pesquisa-extensão. Além disso, a(o)s aposentada(o)s sofrerem enormes impactos, seja pela sobretaxação desde a reforma da previdência de 2003 até a não transposição na carreira.

Nos estados e municípios, o ANDES-SN organizou importantes espaços e lutas contra os ataques de governos. Por todo o Brasil, em nível estadual, foram aprovadas contrarreformas da previdência idênticas ou piores àquelas aprovadas por Bolsonaro. Apesar de corajosas lutas que ocorreram em diferentes regiões (Bahia, Ceará, Paraná, Piauí, São Paulo etc.) em nenhum estado foi possível impedir essa grande derrota.

Infelizmente, não foi somente Bolsonaro ou a extrema-direita que retiraram direitos da classe trabalhadora ou que sucatearam a educação pública e criminalizaram os movimentos sociais que buscam resistir aos ataques neoliberais. Em estados governados por partidos que tem se apresentado como oposição a Bolsonaro (por exemplo, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia), os docentes também sofreram com medidas neoliberais. Nessas regiões também construímos e participamos das lutas. Na Bahia, por exemplo, foi a ação solidária de nosso Sindicato Nacional que fortaleceu a greve das estaduais baianas, mesmo quando o governador Rui Costa (PT) cortou o ponto de grevistas e enviou a Polícia Militar para agredir manifestantes.

Outra importante frente em que o Sindicato Nacional atua é a defesa dos direitos da(o)s aposentada(o)s. Reconhecemos que, historicamente, a(o)s aposentada(o)s foram os que mais perderam. Isso resultou da desestruturação da carreira docente sem reenquadramento. A(o)s aposentada(o)s foram sobretaxados a partir da Contrarreforma da Previdência de 2003 do governo Lula e, para piorar, não tiveram seus salários atualizados. Nós, da chapa 1, queremos dar continuidade à iniciativa da semana dos aposentados do ANDES-SN, assim como intensificar as lutas em defesa da PEC 555 (que desobriga os aposentados do desconto da previdência) e pelo reenquadramento na carreira. A história do Sindicato Nacional deve muito a luta, resistência e as elaborações da(o)s professora(e)s aposentada(o)s, muitos que ainda hoje continuam a construir a Universidade Pública e a luta, seja no sindicato e/ou em outros espaços.

Porém, nesses momentos de crise, apesar dos retrocessos, surgiram frentes importantes para as lutas sociais. O ANDES-SN tem atuado intensamente em algumas iniciativas importantes, buscando através da construção da unidade de ação, alternativas que possam contribuir para a superação do estágio de fragmentação da classe trabalhadora hoje.

Um primeiro exemplo é a **Frente Nacional Escola Sem Mordça**, cujas ações de resistência ao final do governo ilegítimo de Michel Temer foram fundamentais para barrar a aprovação do *Projeto de Lei Escola Sem Partido* que busca criminalizar a atividade docente e cercear a liberdade de ensinar e aprender, submetendo a educação à ideologia do Partido Único da ordem sonhada por fundamentalistas e terraplanistas.

Outro exemplo é a articulação do setor **das Entidades Nacionais da Educação**, reunindo entidades como CNTE, FASUBRA, SINASEFE, UNE, UBES, FENET, ANPG e ANDES-SN. Tal espaço fora fundamental para articular a unidade necessária que impulsionou os importantes atos massivos, os quais mobilizaram milhões de pessoas em centenas de cidades do país contra os cortes orçamentários. A construção dessa articulação é importante por defender a educação pública e gratuita, bem como a valorização do trabalho docente enquanto estratégia de luta.

Além disso, o **Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas** organizou no final de 2019 um importante Seminário Nacional, com mais de 350 militantes de todo o país, tendo como finalidade contribuir ao processo de organização da classe trabalhadora, além de fortalecer a unidade de setores combativos do movimento sindical e popular para enfrentar Bolsonaro e seus aliados. Atualmente, o Fórum está ativo em 07 estados. Vale lembrar, que sem o papel protagonista do ANDES-SN, possivelmente, o conjunto de forças e entidades que hoje se reúnem neste espaço ainda estariam atuando separadamente.

Estas são algumas, entre outras, iniciativas em que o ANDES-SN busca atuar construindo a unidade na luta, atuando também em diversas instâncias de articulação política, como a **CSP-Conlutas**, a **Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita** (frente de entidades e movimentos responsáveis pela organização dos Encontros Nacionais da Educação desde o ano de 2014), o **Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE)** e a rearticulação da **Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF)**. Tais iniciativas mostram o esforço que o ANDES-SN tem feito para forjar a unidade na luta, o que só é possível com um sindicato forte, democrático e autônomo.

A **CHAPA 1** afirma aqui seu compromisso em dar continuidade à **construção de frentes e movimentos unitários para contribuir para a reorganização da classe trabalhadora e vencer Bolsonaro, o bolsonarismo e seus aliados nas ruas**. Queremos, ainda, ampliar e fortalecer movimentos e iniciativas existentes que fortalecem o projeto de universidade e de educação pública que guia todas as ações de nosso sindicato. Sindicato esse que se mantém autônomo a governos,

administrações centrais de universidades, IF e CEFET, bem como a partidos políticos.

Nosso programa considera a gravidade da conjuntura atual e coloca no **centro de nossas prioridades a unidade para lutar em defesa da educação pública e gratuita, da autonomia universitária, da liberdade de ensinar e aprender, da carreira docente, dos servidores e serviços públicos e das liberdades democráticas.**

Afirmamos o nosso compromisso com **os princípios do Plano Nacional de Educação – Proposta de Sociedade Brasileira do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) de 1997, assim como com o projeto de universidade expresso no Caderno 2 do ANDES-SN e com a Ciência e Tecnologia públicas. De especial importância, enfatizamos a defesa do investimento de verba pública somente na educação pública, como os 10% do PIB para a educação.** Estes são princípios que podemos afirmar com tranquilidade que nunca deixaremos de defender e que pautarão toda a nossa atuação contra governos em níveis municipal, estadual e federal.

O ANDES-SN é um dos mais importantes sindicatos que vem enfrentando todo e qualquer ataque contra a educação pública, os direitos sociais e as liberdades democráticas. A luta do ANDES-SN na resistência marca o compromisso com as convicções democráticas e libertárias, e só é assim porque mantém a autonomia de governos, partidos e administrações. Por isso, **a CHAPA 1** é a opção para aquela(e)s docentes que defendem a Educação Pública, gratuita, laica, antipatriarcal, antirracista, anticapacitista e socialmente referenciada. Defender as Universidades, CEFET e Institutos Federais, é defender o patrimônio científico e cultural, a valorização do trabalho docente, a defesa dos direitos sociais e a unidade na luta!

PONTOS FUNDAMENTAIS DE NOSSO PROGRAMA

- 1. Um sindicato comprometido com a defesa das condições de trabalho, dos salários e dos direitos de toda(o)s docentes, das diferentes carreiras e setores que compõem a base da categoria*

A próxima gestão de nosso sindicato enfrentará enormes desafios para defender os direitos e salários da(o)s professora(e)s de nossa categoria. Precisamos impedir que os direitos já conquistados sejam retirados e, para tanto, um sindicato forte e com

disposição de
ferramenta imprescindível.

luta é uma

Nossa base tem se transformado significativamente nos últimos anos. Há sem dúvida um processo de precarização docente, promovido pela desestruturação da carreira (como a ameaça à dedicação exclusiva, entre outras medidas), o fim da aposentadoria integral e da paridade entre ativos e aposentados, a intensificação do trabalho, a diminuição dos recursos orçamentários. No caso da dedicação exclusiva, em algumas instituições ela ainda é paga como adicional, enquanto que nas IES federais ela é um valor fixo, e não mais um percentual do vencimento base, e, portanto independente dos reajustes que incidem sobre ele. As condições de trabalho se deterioram para além da questão salarial e previdenciária: sentimos cotidianamente a pressão do aumento de encargos, a redução do tempo de descanso, o adoecimento. Tal precarização leva ao surgimento de outra forma de ser professora(o), outra relação com a instituição, com o trabalho e com a(o)s nossa(o)s colegas, e assim o empreendedorismo acadêmico ganha força como uma saída individual para esta nova situação. Esse é um dos resultados da política de ajuste neoliberal que joga para a(o) docente a responsabilidade não só pelo seu trabalho nas universidades, CEFET e institutos, como também por sua própria complementação da remuneração salarial, pelo desenvolvimento da sua carreira e pela gestão da sua aposentadoria.

Coerente com as decisões congressuais, nossa gestão mobilizará a categoria para impedir o congelamento de nossos salários e a diminuição de 25% proposta pelo governo federal. Lutaremos para recompor as perdas inflacionárias.

Assumimos o compromisso de lutar pela reestruturação da carreira nas IFE e pela implementação/reestruturação de planos de carreira nas instituições estaduais e municipais, preservando o regime de dedicação exclusiva e tendo como referência a proposta de carreira do ANDES-SN.

Para enfrentar a precarização e intensificação do trabalho docente, ampliando o enraizamento das seções sindicais nos novos *campi*, propomos o fortalecimento dos espaços de formação político-sindical e de expressão cultural emancipatória e a retomada do caráter coletivo do trabalho docente. Assim, é muito importante criar e incentivar formas de participação da(o)s docentes na realidade *multicampi*, fortalecendo

as políticas de

comunicação

com a categoria e a sociedade.

Também faz parte do trabalho de base o fortalecimento dos Grupos de Trabalho organizados pelas seções sindicais que correspondem aos GT nacionais. Esses são importantes espaços de elaboração de políticas sobre os mais diversos assuntos nos quais o sindicato se debruça. Em alguns casos, os grupos de trabalho nas seções sindicais e no sindicato nacional são espaço para a participação e contribuição docente a partir de sua área específica, de forma a contribuir com a formulação das políticas que se materializam nas ações e planos de lutas em nosso sindicato e de fortalecimento da elaboração coletiva.

2. Um sindicato que não separa as lutas econômicas das lutas contra as opressões

Nosso Sindicato Nacional está na luta contra as opressões machistas, LGBTTIfóbicas, racistas e capacitistas. Além de importantes seminários e cartilhas que têm servido para instrumentalizar nossa base sobre a centralidade das lutas contra as opressões, o sindicato avançou na criação de mecanismos de combate às opressões no interior da entidade, a exemplo da *Comissão de Combate ao Assédio* nos eventos nacionais, que busca prevenir e apurar casos de machismo, racismo, assédio, etc.

Expressão importante desse avanço de nossas lutas contra as opressões foi a inserção sistemática em nosso calendário dos dias do *Orgulho LGBTTI* (em junho), da pessoa com *com deficiência* (em setembro), o dia de combate ao *Assédio nas IES* (em outubro) e o dia *Nacional de Combate ao Racismo* nas IES (em novembro).

Com a finalidade de contribuir para ampliar a participação de mulheres nos espaços de discussão e deliberação do ANDES-SN, o sindicato aprovou a criação dos *Espaços de Convivência Infantil* nos eventos nacionais. Finalmente, foi conquistado, em um momento histórico, a *paridade entre gêneros na conformação das direções nacionais*. Isso significa que graças à nossa defesa intransigente de pautas caras ao feminismo, esta é a primeira vez que teremos pelo menos 50% de mulheres na direção nacional do ANDES-SN.



Tudo isso é importante mencionar, porque as lutas das mulheres, de negras e negros, de LGBTTI e pessoas com deficiência têm sido um dos alvos prioritários do governo Bolsonaro e seus aliados. Fortalecer a presença desses setores em nosso Sindicato Nacional é parte do fortalecimento de suas lutas em âmbitos local, regional e nacional. Somente lutando resolutamente contra a lgbttifobia, o racismo, o capacitismo e o machismo, poderemos construir um mundo em que efetivamente todas as vidas importem. Por isso, nós da **CHAPA 1 afirmamos o compromisso em aprofundar as ações do Sindicato Nacional na luta pelos direitos de mulheres, negras e negros, pessoas com deficiências e afirmar os direitos LGBTTI+**. Fascistas, machistas, LGBTTIfóbicos e racistas não passarão!

3. A defesa da liberdade de ensinar e aprender e da autonomia universitária

Para nós da CHAPA 1, não há como conceber uma universidade que não tenha autonomia. O ANDES, ainda como associação docente, lutou no processo constituinte, para garantir este princípio na Carta Magna (artigo 207 da Constituição Federal). Raramente este princípio foi integralmente cumprido pelos diversos governos que sucederam a Constituição de 1988. Todavia, hoje estamos sob um governo que viola de maneira sem precedentes o direito a autonomia universitária.

Além dos ataques a autonomia, a liberdade de ensinar e aprender estão sob grave ameaça pelo Programa Escola Sem Partido e seus aliados fundamentalistas. Cada vez mais docentes sofrem com perseguição política e ideológica, as instituições de educação pública são difamadas pelo titular do Ministério da Educação e há incursões cotidianas cerceando liberdade de cátedra.

Nos últimos anos, o ANDES-SN realizou ações buscando defender o caráter laico da educação pública e priorizar a educação presencial. Foi conformada uma Comissão Nacional de Enfrentamento a Criminalização e Perseguição Política a Docentes que tem atuado defendendo, em território nacional, qualquer docente vítima de processos de criminalização e perseguição política. Essa é uma ação que precisa ser intensificada e a CHAPA 1 se compromete a continuar defendendo toda e todo docente que for vítima de perseguição política. Também atuaremos, em unidade com todos os

que defendem o artigo 207 da Constituição Federal, lutaremos de forma intransigente a autonomia universitária em todas as suas dimensões. Finalmente, avançaremos na construção de frentes unitárias fazendo a resistência contra retrocessos como a militarização das escolas, a educação domiciliar e o Programa Escola Sem partido.

4. A defesa da ciência e tecnologia públicas e das instituições públicas

O projeto de construção de ciência e Tecnologia públicas vem sendo duramente atacado nas últimas décadas. Os governos de Lula e Dilma foram responsáveis por medidas privatizantes, em especial a partir do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016) que implementou inúmeros retrocessos como a ampliação da participação da iniciativa privada na produção de conhecimento, a vinculação da pesquisa às demandas de mercado, a precarização do trabalho docente (inclusive flexibilizando o regime de dedicação exclusiva) e permite ao setor privado o domínio sobre a propriedade intelectual.

Para piorar, com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, os investimentos públicos em Ciência e Tecnologia foram duramente reduzidos. O governo Bolsonaro, sendo consequente com sua agenda obscurantista intensificou os ataques, os cortes nos investimentos públicos e promoveu a desidratação completa de órgãos como o CNPq e a CAPES.

Recentemente, a CAPES presidida por um criacionista efetivou um convênio com uma instituição religiosa cristã privada dos EUA que é responsável por realizar cursos de *coaching* religioso e formar pastores – trata-se de um explícito ataque à laicidade das instituições públicas. Ao mesmo tempo em que a CAPES investe verbas para financiar o fundamentalismo religioso, estudantes e pesquisadores de pós-graduação sofrem com a ausência de financiamento. O que está em jogo é a própria sobrevivência de nossa pós-graduação.

As lutas da CHAPA 1, consequentes com as deliberações congressuais, serão em defesa do fomento público para as instituições públicas, enfrentando a privatização, defendendo a liberdade para o desenvolvimento de pesquisas e a defesa do financiamento público na pós-graduação. Também atuaremos resistindo à ideia de que

dentro das IES existam uma universidade de pesquisa e outra universidade de ensino, uma direcionada para a ciência, tecnologia e inovação, e outra para a formação de força de trabalho qualificada para o emprego precário. Defendemos um padrão de qualidade unitário (que não quer dizer homogêneo) e o tripé indissociável: ensino, pesquisa e extensão. Nossas propostas são:

- Lutar contra o processo de mercantilização e privatização da Educação, Ciência e Tecnologia públicas e seus impactos negativos nas IES públicas, pela revogação da Lei de Inovação Tecnológica (10.973/04) que flexibiliza as relações entre os pesquisadores, as instituições públicas de pesquisa e as empresas privadas e da Lei 13.243 Marco Legal de C&T que simplifica a integração público-privada;
- Avançar na defesa da pesquisa e da pós-graduação públicas e combater a destruição do orçamento e do financiamento públicos dos Programas de Pós-graduação e das instituições públicas de fomento à pesquisa;
- Debater a intensificação e as formas de controle e regulação do trabalho docente e sua relação com a saúde física e mental da(o)s docentes, atualmente ameaçadas pelo enorme adoecimento das professoras e dos professores em todo o país;
- Enfrentar todas as iniciativas fundamentalistas, anti-intelectuais e a agenda obscurantista no campo da Ciência e Tecnologia, defendendo a autonomia universitária e a laicidade no campo da produção de conhecimento.

5. Fortalecimento do setor das Instituições Federais de Ensino Superior

O setor das Instituições Federais de Ensino Superior tem encabeçado lutas importantes contra os retrocessos implementados contra a educação pública e gratuita. Seu funcionamento tem sido central para darmos respostas à altura em uma conjuntura marcada por intensa dinamicidade e volatilidade.

O setor das IFES tem uma pauta própria, especialmente o projeto de carreira única de professor federal, elaborado pelo ANDES-SN, e aprovado no ano de 2011 no 30º Congresso. Além deste ponto, a luta pela valorização e reposição das últimas perdas salariais, assim como a melhoria das condições de trabalho, são prioridades. Há também uma pauta unificada com outros servidores e servidoras pública(o)s federais que se



CHAPA 1
ELEIÇÕES ANDES-SN

organizam no

Fonasefe (Fórum

Nacional de Servidores Públicos Federais) e na CNESF (Coordenação Nacional das Entidades Federais).

Nesse momento de desestruturação dos serviços públicos, ganha centralidade a luta unificada com as outras categorias de servidores e, para isso, é necessário aprimorar a ferramenta organizativa do Fonasefe e a reorganização da Cnesf.

Para derrotar a extrema-direita, nossa política para o setor de Instituições Federais de Ensino Superior, envolvem:

- Fortalecer todas as frentes unitárias que, articulando outros sindicatos nacionais, movimentos estudantis e de outros servidores públicos federais, estão em luta contra os ataques da extrema-direita e do capital;
- Intensificar e aprimorar as campanhas de mídia em defesa das IFES e dos serviços públicos;
- Intensificar esforços para fortalecer o FONASEFE e a CNESF;
- Combater o FUTURE-SE e o Novos Caminhos, lutar em defesa da autonomia universitária e defender as liberdades democráticas em universidades, institutos federais e CEFET;
- Lutar pela revogação da Contrarreforma da Previdência de Bolsonaro e de outros retrocessos aprovados no passado (como as lutas contra o FUNPRESP e pela restabelecimento da aposentadoria integral dos servidores pelo regime próprio);
- Lutar contra todas as medidas do “Plano Mais Brasil” (PEC Emergencial, PEC dos Fundos e PEC do Pacto Federativo), além de enfrentar a PEC da Reforma Sindical e a reforma administrativa;
- Dar continuidade à luta pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016 e pela recomposição do orçamento para a educação, ciência e tecnologia;
- Fortalecer os espaços das reuniões conjuntas do Setor das IFES/IEES/IMES e dar continuidade aos fóruns unitários de organização da luta dos servidores públicos federais;
- Continuar o combate contra o assédio moral e sexual, o racismo, o machismo, o capacitismo e a LGBTTFobia nas Instituições de Ensino Superior.

**EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
E DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS**

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

6. Fortalecimento do setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior

Nos últimos anos, o setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior encabeçou lutas importantíssimas. Enquanto em alguns estados, as greves da(o)s docentes de universidades estaduais foi capaz de aprovar planos de carreira que são congruentes com as propostas do Caderno 2 do ANDES-SN, em outros fomos capazes de conformar fóruns unitários para enfrentar o desmonte das universidades públicas (como o ilustrativo caso da UERJ), as tentativas de Contrarreforma da Previdência e inúmeros outros ataques.

Fortalecer o setor das IEES/IMES é uma tarefa colocada pela conjuntura ao ANDES-SN, tendo em vista a construção da unidade de ação com outros setores do serviço público. Em diversos estados e municípios, a(o)s docentes, via suas Seções Sindicais, se articularam com outras categorias que compõem a comunidade acadêmica e o serviço público em geral, para enfrentar os ataques às suas carreiras, à universidade pública e, finalmente, defender suas aposentadorias.

Dentre as propostas da CHAPA 1, para fortalecer o setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior, destacamos:

- Intensificar as lutas por financiamento público para as IEES/IMES, em defesa da DE como regime prioritário de trabalho, da autonomia universitária e contra os cortes e contingenciamentos e pela reposição das perdas salariais nos estados e municípios;
- Defender condições de trabalho dignas e que assegurem a saúde docente, assim como o estabelecimento do piso da remuneração da(o)s docentes tendo como referência o salário mínimo calculado pelo DIEESE;
- Realizar campanha nacional de defesa das IEES/IMES, com a participação de todas as seções sindicais, compreendendo que os ataques que essas IES sofrem dizem respeito não apenas a(o)s trabalhadora(e)s dessas instituições, mas ao conjunto da categoria;
- Combater versões similares, em níveis estadual e municipal, de projetos e programas como: FUTURE-SE, Escola Sem Partido, Educação Domiciliar, Reforma Administrativa, PEC Emergencial etc;

- Continuar lutando pela realização regular de concursos públicos e contra o processo de terceirização e precarização do trabalho docente.

7. *Compromisso irrestrito com a democracia e com as instâncias deliberativas de nosso Sindicato Nacional*

O ANDES-SN foi construído como um sindicato democrático, nacional e pela base. Parte essencial da história de nosso Sindicato Nacional foi a decisão de priorizar uma organização horizontal, em que uma diretoria não pode atuar de forma arbitrária, mas se guiar pelas deliberações congressuais. As principais deliberações de nosso Sindicato Nacional dependem das proposições das bases em suas assembleias. Foi assim que construímos uma história de quase 40 anos que resultou em um importante sindicato que representa dezenas de milhares de docentes em todo o país, nas mais diversas instituições federais, estaduais e municipais.

A CHAPA 1 será conseqüente com essa história. Defenderemos o nosso Sindicato nacional como parte de um movimento democrático, horizontal e pela base. Combateremos todas as tentativas de esvaziar o papel de nossos congressos e CONAD. Faz parte da concepção sindical do ANDES-SN que toda e qualquer luta só pode ser vitoriosa se ocorrer a partir da mobilização das bases. Também enfrentaremos todas as iniciativas que tentam dismantelar nosso Sindicato Nacional ou coloca-lo a serviço de governos, partidos ou administrações.

8. *Construir a unidade na luta e realizar greve da educação rumo à greve geral para lutar por nossos direitos e por nossas vidas*

“Unidade na luta” aparece no nome da CHAPA 1 por este tema ser central no atual momento histórico. Sem unidade não seremos capazes de, minimamente, barrar os retrocessos de Bolsonaro, de governos estaduais e seus aliados. Neste sentido, a construção de uma greve geral da educação por tempo indeterminado com paralisações e protestos, rumo à greve geral são fatores decisivos. Por isso, a CHAPA 1 se compromete a avançar na construção da unidade na luta, combatendo qualquer divisionismo e partindo dos interesses fundamentais do movimento docente.



Lutaremos para defender a pauta unificada dos servidores públicos federais construída em unidade no interior do Fórum Nacional dos Servidores Federais (FONASEFE). A unidade na luta também será construída em universidades, institutos federais e CEFET buscando unificar o movimento docente, os trabalhadores técnico-administrativos e o movimento estudantil. Sem a unidade de todos os setores da comunidade acadêmica não conseguiremos resistir aos ataques que a educação pública e gratuita está enfrentando e nem vencer as incursões contra a autonomia universitária. A defesa da educação pública e gratuita reforça a unidade com estudantes e TAES na defesa das condições de trabalho e de ensino, da autonomia e da democracia na universidade; apoio e solidariedade a(o)s trabalhadora(e)s terceirizada(o)s, combinados com a luta contra a terceirização dos serviços; e a atuação conjunta com os setores populares, em defesa do ensino superior público, gratuito e socialmente referenciado. Também atentaremos para ações extramuros, a fim de ganhar a sociedade para a defesa deste patrimônio que é o ensino superior público.

Finalmente, afirmamos mais uma vez, faremos unidade na luta com todos a(o)s disposta(o)s a defender qualquer ponto que não entre em contradição com nossas resoluções congressuais. Somente assim venceremos os ataques da extrema-direita e do capital contra nosso projeto de educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

9. Continuar a contribuir para o processo de reorganização da classe trabalhadora, com um perspectiva classista e anti-imperialista para enfrentar a crise estrutural do capital e derrotar o atual governo Bolsonaro

O processo de reorganização da classe trabalhadora tem profunda centralidade na conjuntura atual. Não podemos nos dar ao luxo de alimentar as atuais fraturas que marcam o movimento popular e sindical, pois é a própria existência dos serviços públicos, das liberdades democráticas e de nossos direitos sociais que está em jogo.

A opção pela luta coletiva, construída a partir das discussões e decisões da categoria, envolve a compreensão de que as questões e interesses dos docentes não se reduzem a seu cotidiano imediato. Tendo em vista a necessidade da unidade da classe

trabalhadora e o

entendimento que

os ataques são os mesmos, não podemos resumir as ações do Sindicato Nacional apenas às reivindicações da(o)s docentes. Os ataques estão sendo direcionados aos serviços e servidora(e)s pública(o)s. Diante disso, defender os interesses da categoria docente impõe fazer unidade para atuar juntamente com outros setores da(o)s trabalhadores e trabalhadoras e da juventude a fim de fortalecer a resistência e lutar por direitos.

Reconhecer a necessidade desta unidade é o que nos permitirá atuar com base em uma pauta concreta para unificar e radicalizar as lutas, de modo a superar a fragmentação. A última gestão (2018-2020) envidou esforços para garantir unidade na luta com todos os setores dispostos a lutar por nossos direitos. Parte dessa construção foi a construção do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas em nível nacional e nos estados.

Para contribuir no processo de reorganização da classe trabalhadora, a CHAPA 1 se compromete a:

- Fortalecer os fóruns de servidores públicos (como por exemplo, em nível nacional, o FONASEFE e a CNESF) como forma organizativa, em âmbitos nacional e locais, a fim de consolidar a luta em defesa dos serviços públicos gratuitos e de qualidade, sustentados com verbas públicas, enfrentando a política de desmonte do Estado brasileiro no que concerne à sua atuação na área social;
- Envidar esforços para fortalecer e ampliar a CONEDEP, com a finalidade de ampliar a luta pelo projeto de educação pública referenciado no PNE da Sociedade Brasileira;
- Fortalecer espaços organizativos do setor da educação para enfrentar o desmonte do caráter público da educação, a crescente presença empresarial e dos fundos de investimentos no controle direto da educação e a crescente ofensiva de fundamentalistas e obscurantistas na educação;
- Fortalecer a unidade da(o)s docentes e da(o)s demais trabalhadora(e)s em defesa dos direitos e pela revogação das reformas que os retiraram (Reforma trabalhista, Lei das terceirizações, EC 95, Reforma do Ensino Médio, Reforma da previdência etc.);
- Fortalecer a luta pela destinação única e exclusivamente do fundo público para finalidades sociais públicas e contra a sua apropriação pelo capital, atuando pela

auditoria

cidadã da dívida

e o não pagamento da dívida pública; contra a apropriação do fundo público pelo capital;

- Atuar sistematicamente em prol da elevação do patamar de organização da classe trabalhadora para enfrentar a retirada de direitos e a precarização da vida, congregando lutadores e lutadoras em espaços organizativos que catapultem as lutas por direitos, juntando as experiências de luta classista e as anti-imperialistas no país;
- Fortalecer o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas com a finalidade de contribuir para o processo de reorganização da classe trabalhadora e acumular forças para a construção de um encontro de trabalhadores e trabalhadoras, que unifique e arme a classe para enfrentar o novo ciclo de lutas;
- Empenho numa política de frente única em defesa das liberdades democráticas e dos direitos sociais com a finalidade de derrotar Bolsonaro nas ruas.

10. Combater o profascismo e resgatar a memória histórica e a verdade sobre a ditadura empresarial-militar e seus efeitos na atualidade

A posse de Bolsonaro na presidência da república acelerou a expressão de manifestações profascistas na vida cotidiana de nosso país. Para piorar, vimos a chegada triunfal de militares em inúmeros postos fundamentais do Executivo e, a todo momento, Bolsonaro e seus aliados resgatam a ditadura empresarial-militar e flertam com aventuras golpistas (vale lembrar o exemplo mais recente, em que o próprio presidente da república defendeu explicitamente ações golpistas no dia 15 de março).

Tudo isso mostra a centralidade de resgatar a memória histórica e afirmar explicitamente: Ditadura Nunca Mais! Este é um tema de grande relevância para o sindicato e para a sociedade. Não é possível deixar cair no esquecimento as lutas travadas contra a ditadura empresarial-militar. Por isso, mesmo com todas as dificuldades, é necessário que permaneça na pauta do nosso sindicato esta tarefa. Nesse sentido, a CHAPA 1 propõe:

- Fortalecer a Comissão da Verdade do ANDES-SN;

- Atuar em unidade de ação com amplos setores da classe trabalhadora contra os movimentos de caráter fascistas e conservadores;
- Intensificar campanhas denunciando a ditadura empresarial-militar e relembrando a história daquelas e daqueles que caíram na luta contra ela.

11. Avançar na incorporação da pauta socioambiental e de outra política de desenvolvimento no interior do movimento docente

Durante o governo Bolsonaro vimos uma enorme ofensiva contra o meio ambiente, que foi conjugada com inúmeras facilidades para latifundiários e criminosos ambientais. O resultado foi um só: em 2019 vivenciamos as maiores tragédias ambientais da história de nosso país, junto com a impunidade de empresas como a Vale pelos desastres ambientais que ela criou.

Por isso, a CHAPA 1 se compromete a:

- Denunciar e dar visibilidade aos crimes socioambientais entre o movimento docente nacional, como aqueles praticados pela mineração, agronegócio, indústria do petróleo, madeiras, garimpo, etc.;
- Aproximar-se dos fóruns amplos de convergência do movimento socioambiental, estudando formas de fortalecê-los e apoiar iniciativas dos movimentos dos povos indígenas pela demarcação de suas terras, da juventude por justiça climática;
- Denunciar o negacionismo climático como ataque organizado à ciência para proteger os interesses escusos de setores econômicos como agronegócio e indústria de combustíveis fósseis.

Florianópolis, 09 de março de 2020.

MARIA REGINA DE AVILA MOREIRA
Candidata a Secretária Geral da CHAPA 1